



## **REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO**

Ata n.º 02/2020

**Data** – 23 de novembro de 2020

**Início** – 21h00

**Local** – Cidade de Tomar, na sede da CIM do Médio Tejo - Convento de São Francisco (para líderes de bancada)

**Termo** – 23h30

**Presenças** – Lista Anexa

### **ATA n.º 02/2020**

Ao vigésimo terceiro dia do mês de novembro de /2020 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, para líderes de bancada, mesa e staff de apoio, sendo que os restantes membros assistiram por videoconferência a reunião ordinária de novembro/2020 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----  
-----  
-----



No uso das competências conferidas pelo art.º 26 dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e em conformidade com o ponto 1 do seu art.º 25.º, conjugado com o art.º 86.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em observância do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020 de 19/03 que decretou medidas temporárias e de exceção para resposta à situação epidemiológica COVID-19, a reunião ordinária foi realizada presencialmente para líderes de bancada e em videoconferência para os restantes membros e não comportou a presença de público, inclusive de órgãos de comunicação social. -----

Assim sendo, participam na reunião presencialmente: -----

Vice-Presidente da Mesa – Ana Margarida Vieira -----

Secretário da Mesa - João Simões -----

Presidente da CIM do Médio Tejo – Anabela Freitas -----

Secretário Executivo da CIM do Médio Tejo – Miguel Pombeiro -----

Líder Intermunicipal PSD – João Moura -----

Líder Intermunicipal do PS – Hugo Costa -----

Líder Intermunicipal do CDS-PP – Rosa Teixeira acompanhou por videoconferência -----

Líder Intermunicipal do PCP – Paulo Macedo -----

Staff de Apoio – Rita Trindade, Márcio Coutinho, Edite David -----



#### **Antes da Ordem do Dia:**

A reunião dada a impossibilidade do presidente da mesa estar presente, foi presidida pela Vice-Presidente Ana Vieira que deu as boas vindas a todos os presentes.



#### **1. Aprovação da ata -----**

A vice-presidente da mesa questionou se algum dos senhores deputados pretendiam usar da palavra neste ponto. Não houve qualquer intervenção. -----

**Deliberação:** A ata foi aprovada por unanimidade. -----



Ainda no período antes da ordem do dia o deputado Paulo Macedo, da CDU de Tomar, solicitou, apesar de pandemia que estas reuniões pudessem ser realizadas por exemplo no auditório do IPT, devendo a CIM fazer algum esforço neste âmbito. -----

O deputado Silvestre Pereira, do PS de Alcanena também demonstrou interesse na realização da reunião presencial. -----

O deputado João Moura, do PSD de Ourém, referiu não concordar com o solicitado pelo PCP e pelo PS. Entende que em tempo de pandemia não é tempo de encontros. Até deixou algumas notas, como é o caso dos estádios de futebol estarem vazios. Não aceitou por exemplo na sua assembleia municipal a realização das reuniões presenciais e louvou a atitude da CIM estar a proceder à realização das reuniões neste formato. -----

Este é um assunto muito sério, os números são muito preocupantes e isto trata-se de uma altura muito excepcional, logo, referiu que urge tomar todas as precauções. -----

O deputado fez um reparo, questionando a CIM com o que se passa no Médio Tejo, dado que a região se encontra a receber pessoas vindas de toda a parte do país, e fica preocupado tendo em conta que os recursos humanos são bastante escassos. -----

Deixou uma nota referente à Central Termoelétrica do Pego, pelo facto de se falar que uma das possíveis reconversões desta central se centrar na biomassa. Mostrou-se preocupado, dando conta que não há biomassa suficiente. -----

Um outro ponto que referiu tem a ver com a necessidade de ser trilhado um caminho no âmbito do aeroporto de Tancos, principalmente agora quando o Governo retrocedeu quanto ao aeroporto do Montijo. -----

Terminada esta intervenção, usou da palavra o deputado Hugo Costa, do PS de Tomar. Comentou também que tendo em conta todas as restrições que estamos a passar, e por uma questão de saúde pública, não há dúvidas que as reuniões desta assembleia devem acontecer nos moldes em que está a acontecer hoje. -----

Sublinhou a eleição de um deputado que estava nesta assembleia, mas que tinha sido recentemente eleito para a CCDR-LVT, comentando que esta nomeação iria valorizar aquela entidade. -----

Mostrou-se também preocupado com a questão da Central Termoelétrica do Pego, referindo que se deve ir pensando com alguma preocupação sobre esta matéria. -----

Um outro assunto, que também referiu foi o caminho que está a ser trilhado no âmbito de uma nova ITI, Lezíria e Médio Tejo, questionando em concreto o que está a ser feito. -----

Interveio de seguida o deputado António Ribeiro, do PS de Vila Nova da Barquinha, que também referiu a importância de mantermos todos os cuidados, prevenindo, sendo que uma das prevenções ao COVID e no que diz respeito ainda à realização das reuniões desta assembleia, assim se devem manter, mantendo o número mínimo de pessoas juntas presencialmente. -----

Terminadas as intervenções, passamos ao período da ordem do dia. -----



## **Ordem do Dia**

### **1. Informação da Atividade da CIM do Médio Tejo** -----

A Vice-Presidente da mesa solicitou à presidente do Conselho Intermunicipal que efetuasse a sua apresentação relativamente a este ponto. -----

A presidente Anabela Freitas iniciou a apresentação fazendo um **ponto de situação do PDCT** que está com uma dotação de fundo atual contratualizado com o Centro 2020: 53.946,304,27€ dos

quais 39.372.730,36€ para financiamento de projetos municipais e de iniciativa provada; e 14.573.573,91€ para financiamento de projetos intermunicipais. -----

No que diz respeito à **estratégia de desenvolvimento territorial desta região – 2021-2027**, referiu que está em curso desde o ano de 2020, a definição e a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para a região do Médio Tejo. -----

Em outubro passado foi remetido ao PO Regional do Centro 2020, os contributos iniciais da CIM Médio Tejo quanto à “Visão estratégica para a Região Centro 2030. -----

O contributo do Médio Tejo nesta fase de recolha de sugestões e comentários estruturou-se nos seguintes pontos: -----

1. Considerações sobre os principais constrangimentos e desafios identificados para a região Centro; -----

2. Considerações sobre a proposta de visão e de linhas de estratégia para a região Centro; -----

3. Considerações sobre a territorialização da estratégia regional: ótica dos projetos estruturantes; -

4. Formulação atualizada dos desafios, visão e estratégia Médio Tejo 2030. -----

Ainda neste âmbito deu conta que foi apresentada uma lista de projetos iniciativas estruturantes, a saber: -----

1. Porta Norte de Lisboa – consolidação do eixo empresarial e logístico; -----

2. Reconversão da Central Termoelétrica do Pego; -----

3. Comunidade Educativa; -----

4. Rede de Saúde Regional; -----

5. Abertura do Aeródromo de Tancos à utilização Civil, em complemento da utilização militar; -----

6. Projetos de Acessibilidade (PNI); -----

- Conclusão do IC9 – Lanço Abrantes (A23) a Ponte de Sor; -----

- Conclusão do IC3 (ligação A23 à A13) | Ponte de Constância; -----

- Requalificação da Estrada Nacional /Regional nº 238 - Troço Cernache do Bonjardim – Ferreira

do Zêzere Ligação IC8 – A13 - IC9; -----

- Ligação do IC9 à A1; -----

- Estação Ferroviária do Entroncamento; -----

- Variante à EN 118; -----

- Porta Norte - Eixo Empresarial e Logístico do Médio Tejo e Variante à EN 361; -----

- Estação da Caxarias | Ligação da Linha do Oeste com a Linha do Norte; -----

- Programa de Supressão, na Linha da Beira Baixa, dos Atravessamentos das Linhas de Caminho

de Ferro; -----

7. Plano de Recuperação Económica 2020-2030 -----

- PAMUS; -----

- Parques Empresarias -----

**Quanto às medidas COVID-19**, deu conta que a CIM tem vindo a promover o desenvolvimento de inúmeros procedimentos de contratação pública de modo a acautelar a sua propagação, bem como a adequação de medidas urgentes. O valor total investido à data é de 782.052,08€ e reporta-se essencialmente a bens/serviços adquiridos, a saber: -----

➤ Máscaras de proteção para uso comunitário – 372.048,44€; -----

➤ Diverso equipamento de proteção individual – 199.216,97€; -----

➤ Testes Covid-19 – 142.000,00€ [86.360,00€ já executados]; -----

➤ Aquisição de máscaras DECIR de proteção respiratória incêndios florestais – 42.523,60€; --

➤ Alojamento para profissionais de saúde – 18.388,00€; -----

➤ Soluções alcoólicas para desinfeção de mãos – 5.204,74€; -----

➤ Folhetos de divulgação para distribuição com as máscaras de proteção para uso

comunitário – 2.670,33€; -----

➤ Formação promovida pelo CHMT destinadas a assistentes operacionais das autarquias; -----

Nota – Aguardamos ainda pela imputação dos custos por parte dos serviços partilhados do Ministério da Saúde. -----

No que concerne à programação cultural em rede – projeto Caminhos, deu conta de que o programa ficou comprometido face à situação pandémica e que os ciclos previstos, ferro, água e pedra estavam para já cancelados, mantendo a esperança de que no ano de 2021 se possa retomar este assunto. -----

O mesmo aconteceu com a questão do Wakeboard, tendo também toda a programação sido cancelada. Contudo, estão em curso os trabalhos de articulação com os municípios para retoma e definição da Agenda Náutica para 2021; foi já elaborada e divulgada a Brochura da Estação Náutica Castelo do Bode, bem como todo um trabalho conjunto com a Fórum Oceano para integração da Estação Náutica de Castelo do Bode no Portal das Estações Náuticas de Portugal. -----

No âmbito do **Turismo Religioso**, estão concluídos os trabalhos de implementação da sinalética dos Caminhos de Santiago nos concelhos de Ferreira do Zêzere, Tomar e Vila Nova da Barquinha, e produção/divulgação folhetos dos percursos e iniciados os trabalhos de implementação do projeto

Caminhos de Fátima, em articulação com centro Nacional e Cultura e Turismo do Centro. Quanto ao **Turismo Cultural**, encontram-se em curso os trabalhos de migração da APP Descubra para a versão 3.0. e os trabalhos de estruturação do projeto Rota dos Castelos no Médio Tejo. -----

Passando pelo **Turismo Militar – Rota dos Templários** referiu o seguinte: -----

A CIM do Médio Tejo apresentou a candidatura ao Turismo de Portugal “Rota dos Templários no Médio Tejo” a qual integra como parceiros nucleares os Municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Vila Nova da Barquinha. Esta candidatura foi aprovada, com um investimento aprovado de 413.570,00€. -----

A candidatura compreende a estruturação de uma rede temática ancorada na temática Templária de forte expressão territorial, incluindo as seguintes ações comuns, a promover pela CIM Médio Tejo (Serviços de consultoria especializada para estruturação da Rota dos Templários; identidade / marca da Rota; desenvolvimento de conteúdos de realidade virtual e realidade aumentada; vídeos promocionais a outras ações de promoção da Rota) e ações complementares candidatas pelos Municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Vila Nova da Barquinha (Sinalética turística da Rota; Adaptação dos espaços interpretativos da Rota; Aquisição dos equipamentos e suportes para a utilização dos conteúdos digitais, entre outros). -----

Em relação à educação de excelência no Médio Tejo, referiu que o **PEDIME 1** estava concluído, com um investimento de cerca de 4 milhões de euros e presentemente encontram-nos a desenvolver as ações referentes ao **PEDIME 2**. Quanto ao **PISA para as escolas**, destacou: -----

- procedimento de contratação pública para implementação e desenvolvimento do Programa PISA para as Escolas; -----

- reuniões com AE (interlocutores e responsáveis pela informática); -----

- identificação das características do parque informático (computadores) de cada AE; -----

- recolha de consentimentos informados dos encarregados de educação dos alunos que constituem a amostra; -----

- identificação de alunos que se constituem como reforço da amostra nos casos em que tal se verificou necessário e recolha dos respetivos consentimentos informados; -----

- definição do calendário de aplicação do teste por AE; -----

- preparação da aplicação do teste (instalação de software, download dos testes, entre outros). ----

Quanto ao **Médio Tejo Inclusivo, Projeto Maria**, a presidente Anabela Freitas referiu que em dezembro de 2019, foi **aprovada a candidatura Maria II - Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da Violência Doméstica e de Género no Médio Tejo**, pelo POISE, que tem como objetivos principais: -----

- Consolidar as respostas municipais e intermunicipais à problemática da violência doméstica e de género existentes na região do Médio Tejo; -----

- Combater o fenómeno da violência doméstica e de género na região; -----

- Aumentar o número de casos reportados de violência doméstica e de género na região do Médio Tejo; -----

- Encaminhar vítimas atendidas nas estruturas para alguma resposta específica das entidades. ----

Têm sido realizadas algumas ações, destaco o Seminário “Reflexões sobre a Violência Doméstica e a Igualdade de Género – 15 outubro, em Mação, onde foi assinado o Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. -----

**Planos para a Igualdade** - Pretende-se apoiar ações relativas ao desenvolvimento de diagnósticos, à elaboração, implementação, divulgação e avaliação de planos para a igualdade, de âmbito municipal. A operação tem um investimento total e elegível de 374.729,55€ e uma participação pública da despesa elegível é de 85% Fundo Social Europeu. -----

**Candidatura a apoiar financeiramente e tecnicamente pela ONG “Menin@s - Igualdade de Não Violência** - Tem como objetivo intervir especificamente ao nível da prevenção, erradicando a tolerância social às várias manifestações da violência contra as mulheres e a violência doméstica, conscientizando sobre os seus impactos e promovendo uma cultura de não-violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação. -----

Relativamente aos Transportes, destacou o **Transporte a Pedido e o LINK**. O Transporte a pedido que está como é do conhecimento desde 2013, atualmente em operação em todos os concelhos do Médio Tejo, com 71 circuitos e cerca de 1.300 paragens. No período de janeiro a outubro de 2020 foram **transportados cerca de 11.185 passageiros** (cerca de 7% superior ao valor registado no período homólogo de 2019). O serviço de **transporte a pedido entre as cidades “LINK”** implementado em dezembro de 2019, regista uma **média atual de 276 passageiros transportados mensalmente**, tendo sido transportados até ao final do mês de outubro cerca de 2.300 passageiros e percorridos 70.400 quilómetros. No dia 2 de dezembro entra em vigor alargamento do LINK a todas as sedes de concelho. No início de 2021 prevê-se o **alargamento do TaP no concelho de Tomar** (União de Freguesias de Além da Ribeira e

Pedreira, União de Freguesias de Casais e Alviobeira e União de Freguesias de Serra e Junceira). --

**Autoridade de Transportes** - Em funcionamento uma rede de oferta de serviços essenciais de transporte público no Médio Tejo (definida no âmbito do Despacho n.º 3547-A/2020, de 22 de março), com atribuição de compensações financeiras aos Operadores de Transporte. Para 2021, prevê-se também a implementação do Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo - 1.ª Fase, - O projeto é promovido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em colaboração com os Municípios de Alcanena, Constância, Entroncamento, Mação, Ourém, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha; -----  
- O dimensionamento previsto para o sistema envolve a aquisição de 61 estações, 481 docas, 12 quiosques, 251 bicicletas elétricas e 45 bicicletas convencionais; -----  
A operação tem duração de 2 anos, a iniciar em março de 2021, prevendo-se que a entrada em operação do serviço ocorra em meados do mês de julho de 2021. -----  
Relativamente ao cadastro deu conta que o projeto foi finalizado em setembro e encontram-se em curso a resolução de pequenas dúvidas junto das entidades gestoras e encerramento da candidatura junto do PO. No âmbito da "Defesa da floresta contra incêndios" do Fundo Florestal Permanente (FFP), sob gestão do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) foram submetidas e aprovadas candidaturas à criação de Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal (GTFI) e Brigadas de Sapadores Florestais. -----

As **alterações climáticas** são hoje um desafio global na sua maior ou menor incidência a nível geográfica e transversal a todas as áreas, gerando perdas de recursos naturais e económicas. Assim, deu conta que a CIM submeteu 4 candidaturas ao POSEUR, respetivamente: -----

- Médio Tejo – Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas, -----
- Médio Tejo – Ações de Comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas, Médio Tejo -----
- Projetos de boas práticas em matéria de adaptação às alterações climáticas e Médio Tejo --
- Valorização de Biorresíduos, sendo que esta última não foi aprovada. -----

Terminada a intervenção da presidente do Conselho Intermunicipal, inscreveram-se alguns deputados para as suas intervenções. -----

Usou da palavra o deputado Rui Ferreira, da CDU de Constância, questionando porque os deputados no que diz respeito à página 2 e princípio da 3, quando refere que a CIM remeteu os contributos iniciais no âmbito da "Visão estratégica para a Região Centro 2030, não tiveram acesso a este documento. Por outro lado, comentou, dando conta que na página 7 o valor das despesas do Médio Tejo corresponde a 0,33%, sendo a região com o valor mais baixo. Na página 21, ponto 5 são referidos constrangimentos e desafios, querendo saber qual a estratégia da CIM. Solicitou de igual modo informação sobre o PDCT na parte que corresponde ao PNI, se existe alguma proposta para o novo traçado – conclusão do IC3 – ligação A23 – ponte de Constância. -----

No âmbito das atividades culturais, realçou a necessidade de valorizar os agentes do território. Enalteceu o trabalho das alterações climáticas, dando conta da necessidade de reduzirmos ao máximo as embalagens que todos os dias usamos. -----

Quanto ao COVID-19, questionou se as aquisições efetuadas pela CIM estavam de acordo com as indicações da DGS. -----

De seguida interveio o deputado João Moura, do PSD de Ourém, que se mostrou bastante agradado com as palavras proferidas pela senhora presidente Anabela Freitas. Dos 5 projetos apresentados, todos eles têm sido referidos pelo PSD. Mostrou-se preocupado com a questão da vacinação, considerando que a CIM deverá ter um papel diferenciador para o Médio Tejo, assegurando as vacinas em quantidades suficientes. -----

A ligação do IC9 à A1 tem sido uma preocupação constante do PSD. -----

Quanto ao aproveitamento hidráulico do rio Tejo, referiu que num momento mais oportuno aquando de uma próxima discussão gostaria de estar mais envolvido. -----

A deputada Joana Ramos, do PSD do Sardoal interveio logo de seguida, mostrando-se apreensiva pela não realização dos programas previstos no âmbito Cultural. Entende, contudo, os receios que acarretam esta tomada de decisão, propondo uma articulação da CIM com entidades regionais e nacionais nesta matéria. -----

O deputado Hugo Costa, do PS de Tomar referiu a importância da união da região no que diz respeito ao Plano Nacional de Investimentos (PNI). -----

O deputado Paulo Brito, do PSD de Vila de Rei, deu os parabéns à CIM por todos os trabalhos que tem vindo a ser desenvolvidos no âmbito do Hidrogénio. -----

Por sua vez, o deputado Paulo Constantino, do PS de Vila Nova da Barquinha, questionou o que está a ser ponderado no âmbito do rio Tejo. -----

Terminadas as intervenções a senhora presidente deixou algumas notas: em primeiro quando tivermos mais informações sobre a estratégia de desenvolvimento integrado já com um documento mais próximo do que será esse documento, então deverá ser analisado, comentado por exemplo a realização de uma assembleia intermunicipal para o efeito. -----

Respondeu ao deputado Rui Ferreira que o que se pretende para a região é a ponte. -----

Em relação à cultura, relembrou que a CIM tem um papel e que não se substitui às autarquias, isto é, a CIM executa fundos comunitários com regulamentos específicos. Nada impede que as autarquias por si só apoiem os agentes culturais. -----

No âmbito das aquisições COVID, tudo foi feito de acordo com as orientações da DGS e as necessidades de todas as câmaras. A CIM inclusive teve na sua sede uma reserva estratégica de alguns equipamentos para fazer face a necessidades urgentes que pudessem entretanto aparecer. Realçou a baixa execução, e que de facto poderia ter sido mais elevada. Quanto à ligação do IC9 à A1, deu conta que no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) foi uma matéria que ficou muito clara, ou seja, não se podem estar a fazer projetos sem estar de acordo com as reais necessidades das pessoas. Quanto ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito do rio Tejo, deu conta ser ainda um trabalho muito embrionário no âmbito da valorização da Bacia Hidrográfica do Tejo. Por último no que concerne ao processo de vacinação, tem estado a ser discutido em sede de Conselho Intermunicipal. -----

**Deliberação:** Os deputados tomaram conhecimento dos documentos apresentados.



## **2. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2021 e respetiva autorização genérica -----**

A Vice-Presidente da mesa da assembleia intermunicipal passou a palavra à senhora presidente da CIM para efetuar uma apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. -----

As Opções do Plano e Orçamento para 2021 deveriam representar o fecho do ciclo dos mecanismos de apoio do Portugal 2020, mas dada a pandemia COVID-19 que assolou o nosso país, muitas das iniciativas intermunicipais ficaram suspensas/adiadas, pelo que o ano de 2021 pretende ser o ano de revitalização social e económica de uma região, através de uma maior execução física e financeira das iniciativas intermunicipais contratualizadas com a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro 2020. -----

Paralelamente, o ano de 2021 marcará o início do próximo período de programação comunitária 2021-2027, pelo que continuarão os trabalhos da definição e elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para a Região do Médio Tejo. -----

Abordou o resumo do orçamento para 2021, conforme quadro que o representa: -----

Receita	10 865 667,00 €	100%	Despesa	10 865 667,00 €	100%
Corrente	7 480 842,00 €	69%	Corrente	7 465 302,00 €	69%
Capital	3 384 825,00 €	31%	Capital	3 400 365,00 €	31%

No que diz respeito aos projetos e atividades referiu que no âmbito da reavaliação da Estratégia 2014-2020 e preparação da Estratégia 2021-2027 nos encontramos: -----

- ✓ Revisitar a Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2014-2020 promovendo a sua atualização/ enquadramento nas políticas públicas nacionais e regionais; -----

- ✓ Realizar e/ou atualizar o diagnóstico territorial da Região do Médio Tejo; -----
- ✓ Auscultar os agentes económicos e sociais; -----
- ✓ Incluir na elaboração da Estratégia da Região do Médio Tejo uma dimensão urbana; -----
- ✓ Alinhar/ancorar a nova Estratégia de Desenvolvimento Territorial da região do Médio Tejo com a Estratégia Regional da NUT II – Centro; -----
- ✓ Construir um plano de desenvolvimento estratégico, bem como um plano de ação para a Região do Médio Tejo. -----

Esclareceu que com o objetivo de reverter a indústria de produção de energia com base em combustíveis fósseis, tais como o carvão, mas também os setores da habitação e dos transportes, foi criado o Fundo de Transição Justa. Na região do Médio Tejo ainda existe uma central a carvão (Pego – Abrantes), tendo o Governo Português, em conformidade com os objetivos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, comprometido a terminar a produção de energia com base no carvão até final do próximo ano. Neste sentido, a CIM no ano de 2021, continuará na definição de ações enquadradas no Fundo de Transição Justa. -----

No sentido de impulsionar a recuperação da economia europeia e, em particular, a portuguesa, protegendo e criando postos de trabalho, será implementado o Plano de Recuperação e Resiliência acordado com a União Europeia, pelo que a CIM do Médio Tejo, juntamente com os seus 13 municípios, continuarão na definição de projetos a implementar no âmbito deste Plano que assenta nos seguintes eixos estratégicos: -----

- Infraestruturas físicas -----
- Qualificação, digitalização e I&D -----
- O setor da saúde e o futuro -----
- Estado social -----
- Reindustrialização -----
- Reconversão industrial -----
- Transição energética e eletrificação -----
- Território, agricultura e floresta; -----
- Cidades e mobilidade; -----
- Cultura, serviços, comércio e turismo -----

No âmbito do Investimento Territorial Integrado, Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, esclareceu que se está a desenvolver um contrato programa que vise alcançar os seguintes objetivos: -----

- Desenvolver uma Estratégia Integrada para a área geográfica correspondente ao território das CIM's da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste, que contemple as diferentes componentes das Intervenções Integradas de Base Territorial; -----

- Definir um plano que contemple as principais ações e investimentos estruturantes de interesse comum, como é o caso da definição e implementação de uma Ação Integrada em torno da sustentabilidade ambiental e valorização do rio Tejo e da sua bacia hidrográfica; -----

- Promover um modelo de governação, com gestão própria, envolvida e participativa, assessorada por uma estrutura de apoio técnico exclusiva para o efeito; -----

- Identificar, consensualizar e agilizar as condições de operacionalização e financiamento de um conjunto de projetos que se revelem indispensáveis e, por isso, estruturantes para a concretização da Estratégia; -----

- Agilizar e incentivar a criação e desenvolvimento de mecanismos de confiança e parceria, em particular entre as entidades da administração pública central e da administração pública local, que possam vir a permitir a médio prazo, novas soluções de organização territorial mais robustas. -----

-O Programa de Revitalização do Pinhal Interior pretende/preendeu dar uma resposta concertada dos Municípios do Pinhal Interior derivada de uma reflexão conjunta, visando adotar medidas de prevenção estrutural e de relançamento da economia, promovendo uma gestão florestal sustentada e o aumento da resiliência económica e social do território. -----

Os municípios do Pinhal Interior estão perante o desafio de um novo ciclo de programação financeira, com reforço de agendas que se encontram já a ser trabalhadas e outras, novas, com novas exigências de posicionamento da escala local e sub-regional. -----

É premente promover uma estratégia para os municípios de Mação, Sertã e Vila de Rei, com vista à definição de um ITI (Investimento Territorial Integrado) de forma a cumprir as metas estabelecidas no âmbito dos objetivos de promoção do desenvolvimento sustentável, a competitividade e a coesão social e territorial do Pinhal Interior. Para o efeito, serão definidas prioridades de investimento a desenvolver no próximo período de programação financeira 2021-2027. -----

Passando à **Afirmação Territorial do Médio Tejo**, continuamos com a promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território, com enfoque na promoção do turismo, na utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação como instrumento e

suporte essencial à projeção do Médio Tejo, no marketing territorial como ferramenta estratégica de promoção territorial e na aposta na programação cultural e na formação de novos públicos como contributos para a fruição cultural e inclusão para todos. -----  
Horizonte temporal: 2000-2022. -----

Investimento 2021: 1.296.355,00€. -----  
No âmbito da **Melhoria da Mobilidade**, no que diz respeito ao projeto do Transporte a Pedido mantem-se a continuidade dos serviços nos vários concelhos e a concretização da 2ª fase do Transporte a Pedido entre cidades do Médio Tejo – LINK – com criação de circuitos de ligações rápidas entre todas as sedes do concelho do Médio Tejo. Já na Autoridade de Transportes está em curso a adjudicação do concurso para a concessão dos serviços de transporte público de passageiros no Médio Tejo, bem como as medidas PROTransP 2021 em execução. -----

Quanto à **Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas**, neste momento a CIM tem 2 brigadas de Sapadores Florestais atribuídas, sendo o segundo ano em que dispomos de duas Brigadas de Sapadores completas, afetas diretamente à CIM do Médio Tejo. -----

Para a **Gestão Florestal**, está-se a adquirir equipamentos destinados à proteção de aglomerados populacionais, nomeadamente, pontos de água, Kits de autoproteção/primeira intervenção operacional e Biotrituradores e estilhaçadores), no âmbito da candidatura “Proteção de Riscos de Incêndio”. -----

Terminadas as explicações da senhora presidente sobre este assunto, os deputados fizeram as suas inscrições para intervirem. -----

O deputado da CDU de Tomar, Paulo Macedo, referiu um aumento face ao ano de 2020 de 23%, justificado pelo investimento serviço público de passageiros. Questionou sobre os postos de trabalho, ou seja, como a CIM justifica o aumento de trabalhadores. -----

Não havendo mais intervenções a presidente da CIM esclareceu que esta situação do serviço público de passageiros é um processo que teve de ser lançado em concurso público e tem de ser presente em tribunal de contas, tendo de ser incorporado num processo de concessão. Para além disso está também contemplado o processo de bike sharing. -----

Quanto ao aumento do número de trabalhadores, tem a ver com o facto de terem sido duplicados 29 postos de trabalho, dado que existe a possibilidade de subirem de categoria. -----

Não havendo mais intervenções o documento foi colocado a votação. -----

**Deliberação:** Aprovado por maioria com 3 abstenções da CDU



### **3. Apreciação e votação da autorização de assunção de compromissos plurianuais---**

Considerando, o disposto no nº 1, alínea c) do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia. -----

Para os projetos plurianuais inferiores a 99.759,58€ (valor anual), foi aprovada pela Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo uma autorização prévia genérica, em 19/12/2019. -----

Contudo, existem projetos plurianuais que ultrapassam aquele valor, nomeadamente: -----  
CP/03/2020 - LINK – 2.ª FASE - Aquisição de serviços de transporte a pedido entre as sedes de concelho do Médio Tejo: -----

Neste sentido, este assunto era presente para aprovação desta assembleia. -----

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade



#### 4. **Apreciação e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento** -----

A presidente do Conselho Intermunicipal referiu que a realização da presente revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2020 (OPO's 2020), surge em virtude e após uma análise efetuada à execução orçamental, se ter verificado a existência de alguns desvios face ao inicialmente previsto/estimado. Desvios esses, provocados, principalmente, pelas consequências provocadas pelo estado de pandemia COVID-19 que se instalou em todo o Mundo, mas em especial em Portugal. Os projetos onde se sentiu mais impacto foi o projeto da Afirmação Territorial do Médio Tejo e Educação Excelência no Médio Tejo. Relativamente à Afirmação Territorial do Médio Tejo, como envolvia diretamente a comunidade, nomeadamente, promovendo a itinerância dos espetáculos e manifestações artísticas pelos diversos concelhos do Médio Tejo, através de uma programação cultural em rede/intermunicipal, ao serem cancelados os espetáculos e manifestações referidas, não houve possibilidade para a sua execução. Em relação à Educação Excelência no Médio Tejo, como envolvia a comunidade escolar e as escolas estiveram encerradas e consequentemente as suas atividades não se realizaram, não foi possível a execução física/financeira de grande parte do projeto. -----

Outro desvio verificado, deveu-se aos atrasos registados na abertura dos avisos de concurso do Portugal 2020, nomeadamente no que concerne às prioridades de investimento (11,2 e 9.1) contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT referentes a candidaturas intermunicipais, como sejam nas áreas da inclusão social, modernização administrativa. -----

É de referir, igualmente, que estes desvios se devem à própria execução de candidaturas aprovadas cujos valores de adjudicação, resultantes de procedimentos de contratação pública, ficaram abaixo dos valores inicialmente previstos e/ou aprovados. -----

Relativamente ao projeto – Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial, existem montantes previsto para o ano de 2020 que não foram executados, esta situação foi motivada, essencialmente, por duas razões. A primeira razão tem a ver com o estado de pandemia COVID-19 já referido, uma vez que não foi possível desenvolver as ações relativas à Adaptação às Alterações Climáticas nas escolas. A segunda razão tem a ver com a não aprovação da candidatura “Proteção de Riscos de Incêndio”, no âmbito do projeto Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas. -----

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção da CDU.



#### 5. **Apreciação e votação do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**-----

A Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, reforça o quadro legislativo para a prevenção e combate à prática de assédio no trabalho na Administração Pública, procedendo à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. O n.º 1 do artigo 71º da LTFP, passou a incluir a alínea k), na qual se destaca a obrigação do empregador público em adotar códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho e instaurar procedimento disciplinar sempre que tiver conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho. -----

Neste sentido, cabe à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo definir e implementar medidas que incentivam o respeito e a cooperação entre todos os trabalhadores num ambiente de trabalho respeitoso e digno, adotando para o efeito, o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, em conformidade com a norma supra citada, servindo também de guia no âmbito da resolução de questões éticas, morais e comportamentais, nos termos legalmente impostos pela legislação em vigor. -----

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção da CDU.



## **6. Apreciação e votação do Novo Regulamento do Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade e Pontualidade da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo-----**

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante designada LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, permite que as matérias referentes à definição e organização dos horários de trabalho constem de regulamento, consagrando no n.º 1 do seu artigo 75º, que à entidade empregadora pública compete elaborar regulamentos internos do órgão ou serviço, contendo normas de organização e disciplina do trabalho. -----

Estipula o n.º 2 do mesmo preceito legal que a entidade empregadora pública no âmbito da elaboração desses regulamentos internos deve ouvir a comissão de trabalhadores, ou, na sua falta, quando existam, a comissão sindical ou intersindical ou os delegados sindicais. -----

O anterior Regulamento do Horário de Trabalho e Controlo da Assiduidade da ainda “Comunidade Urbana do Médio Tejo”, que remonta a 2008, contém, por um lado, algumas normas pouco claras nesta matéria, e por outro, encontra-se desadequado, não só à atual realidade legislativa, mas também às atuais necessidades impostas pela organização e gestão dos serviços da CIM do Médio Tejo. -----

Considerando que: -----

As diversas alterações legislativas vieram implementar um novo regime no que concerne às relações laborais dos trabalhadores que exercem funções públicas, nomeadamente às regras respeitantes ao contrato de trabalho em funções públicas e respetivo exercício das mesmas, bem como, sobre a organização e disciplina do trabalho, incluindo horários de prestação do mesmo e de funcionamento dos serviços e organismos públicos; -----

Entrou em vigor o Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Regulamento n.º 246/2020, publicado no *Diário da República 2ª série*, n.º 54, de 17 de março de 2020; -----

Esta proposta de regulamento foi objeto de consulta e participação de todos os trabalhadores, na ausência de constituição da comissão de trabalhadores e de comissão sindical ou intersindical, garantindo-se assim o previsto no artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo, e do nº 2 do artigo 75.º da LTFP; -----

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com duas abstenções da CDU.



## **7. Apreciação e votação do Novo Regulamento do Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade e Pontualidade da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo -----**

Em conformidade com o estabelecido na Lei 77/2015, de 29 de julho, que veio estabelecer o regime jurídico da organização dos serviços de apoio técnico e administrativo das entidades intermunicipais, procedeu-se, por imposição do seu artigo 15º, à adaptação do regulamento interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

Atendendo às exigências colocadas pelo acréscimo de competências das Comunidades Intermunicipais, nomeadamente na área dos Transportes, da Proteção Civil, do Turismo, Projetos Financiados por Fundos Europeus e Programas de Captação de Investimento e da Educação entre outras, verificou-se a necessidade de alterar a sua estrutura e proceder ao ajustamento à realidade da CIM do Médio Tejo. Alteração essa, aprovada pelo Conselho Intermunicipal, em reunião ordinária de 24.10.2019, e da Assembleia Intermunicipal de 19.11.2019, e publicada no Diário da República 2ª série, n.º 54, de 17.03.2020 - Regulamento n.º 246/2020. -----

Contudo, com a operacionalização das brigadas de sapadores florestais, verificaram-se algumas incongruências no anexo III do referido regulamento, referente ao corpo de Sapadores Florestais, nomeadamente no que diz respeito aos horários, folgas e trabalho suplementar.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com duas abstenções da CDU.



**8. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal** -----  
-----

O senhor presidente da mesa comentou tratar-se de um documento que por via do decorrer da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.

**Deliberação:** Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo.

A Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo

\_\_\_\_\_  
(Ana Margarida Vieira)

A Técnica Superior

\_\_\_\_\_  
(Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade)